**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UnirV) CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

VALDENIR DOS SANTOS BATISTA FILHO

**PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E SUA
CONFORMIDADE CONSTITUCIONAL**

**CAIAPÔNIA, GO
2020**

VALDENIR DOS SANTOS BATISTA FILHO

**PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E SUA CONFORMIDADE
CONSTITUCIONAL**

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde (UniRV) como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Me. Fabio Lasserre Sousa
Borges

**CAIAPÔNIA, GO
2020**

SUMÁRIO

1 TEMA E DELIMITAÇÃO	03
2 PROBLEMA	03
3 HIPÓTESES	03
4 JUSTIFICATIVA	04
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	05
5.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	05
5.2 PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: REGRA OU PRINCÍPIO?.....	07
5.3 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL	09
6 OBJETIVOS	11
6.1 OBJETIVO GERAL	11
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
7 METODOLOGIA PROPOSTA.....	12
8 CRONOGRAMA.....	13
9 ORÇAMENTO	14
REFERÊNCIAS	15

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

O tema em comento, objeto de estudo deste trabalho, consiste no Princípio da presunção de inocência e sua conformidade constitucional.

2 PROBLEMA

Por intermédio desta pesquisa será abordado o princípio da presunção de inocência, que visa resguardar o direito à liberdade do indivíduo acusado de cometer ato ilícito. De acordo com o princípio, o acusado é considerado inocente até que se prove o contrário, assim somente haverá prisão do indivíduo após o trânsito em julgado do processo. Sempre houve discussões relacionadas às prisões preventivas e de cumprimento de sentença condenatória, a dúvida gira em torno da adequação da prisão preventiva, durante o trâmite do processo, à luz do princípio da presunção de inocência, ou seja, a prisão de cumprimento de sentença condenatória. Referidos questionamentos foram objeto de discussão junto ao Supremo Tribunal Federal, que em 2016 proferiu decisão que para muitos, afrontou a Constituição Federal e para outros, foi a decisão correta. Ocorre que em 2019 o STF alterou posicionamento, e a divergência ainda é latente. Neste sentido questiona-se: a partir da análise da constituição federal e seus princípios qual decisão encontra maior adequação?

3 HIPÓTESES

- O princípio da presunção de inocência tem a finalidade de evitar que a justiça seja aplicada de forma irresponsável e apressada;
- De acordo com a Constituição Federal e seus princípios, o homem prescinde de direitos considerados basilares, cabendo ao estado zelar pelo direito à vida, liberdade, existência de forma digna, bem como, aplicação correta da justiça.
- Cabe considerar a admissão da prisão preventiva ou cautelar no curso do processo e pode haver a prisão de cumprimento de sentença apenas quando observado o devido processo legal com sentença condenatória transitada em julgado.

4 JUSTIFICATIVA

No ordenamento jurídico pátrio com o advento da Constituição Federal de 1988, foi adotado o princípio da presunção de inocência, que apesar de ser admitido anteriormente, só se positivou na Constituição Federal de 1988, conforme disposto em seu artigo 5º, inciso LVII. É cediço que o Processo Penal seja regido por princípios constitucionais que devem ser observados, tais como, o princípio do devido processo legal, o contraditório, ampla defesa, dentre outros. Desta forma, o devido processo legal deve estar atrelado ao princípio da presunção de inocência.

Destaca-se que tal premissa já fora aplicada de forma diversa da observada hodiernamente. No passado, os responsáveis pelos julgamentos não consideravam ou valoravam a contento as provas existentes, de modo que não havia análise acurada e o acusado sequer era ouvido a fim de apresentar sua versão sobre os fatos. Para se ter noção, mais de duzentos crimes, tinham como pena o enforcamento (pena de morte). Não obstante, insta salientar que antes de tal penalidade ser aplicada, as provas disponíveis no caso concreto sequer eram analisadas. Assim sendo, atualmente verifica-se os princípios constitucionais, que visam disciplinar, regulamentar o Processo Penal, bem como outros ramos do Direito.

Conforme supramencionado, o Brasil somente positivou o princípio da presunção de inocência com o advento da Constituição Federal de 1988, porém antes já havia resquícios de tal princípio. Alguns doutrinadores e estudiosos do direito entendiam que a melhor forma de o nominar seria como Princípio da não culpabilidade, por acreditarem que “Princípio da presunção de inocência” não seria adequado, posto que não se pode, de início, presumir culpa do acusado. Do mesmo modo, não seria possível presumir a inocência. Assim, atualmente considera-se a existência de consenso, inclusive por parte do Supremo Tribunal Federal, quanto à adequação de ambas as denominações consideradas sinônimas.

Insta considerar a relevância da temática proposta, uma vez que a Constituição Federal se encontra em posição privilegiada, sendo considerada norma suprema e fundamental, encontrando-se posicionada no topo da pirâmide do ordenamento jurídico pátrio. Sendo assim, seus princípios constitucionais seguem a mesma perspectiva, pois a constituição deve ter também a função de garantir harmonia e alinhamento normativo, visando inibir as divergências e incoerências nesta seara.

O Princípio da presunção de inocência encontra-se permeado por uma série de dúvidas e mudanças constantes, conforme é observado no ano de 2016, em que o Supremo Tribunal Federal autorizou, por seu entendimento, que se aventasse a possibilidade de haver prisões preventivas durante o curso do processo. Do mesmo modo, também poderia haver prisões de cumprimento de sentença de forma cautelar (preventiva). Destarte, a prisão preventiva ou cautelar, tem caráter processual, ou seja, não tem caráter punitivo, sendo uma prisão para a melhor execução do processo. Já a prisão de cumprimento de sentença serve justamente para punir, ou coibir o ato criminoso.

Destaca-se que no ano de 2019, o Supremo Tribunal Federal alterou entendimento no tocante à temática, de forma que nem mesmo após decisões proferidas em segundo grau de jurisdição, foi permitido que o acusado começasse a cumprir prisão de cumprimento de sentença. Sendo assim, somente caberá execução da prisão de cumprimento de sentença, com o trânsito em julgado de sentença condenatória, sendo que referida alteração representou alterações significativas.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Conforme preleciona Michael Foucault, antes do Princípio da presunção de inocência, o sujeito acusado de delito era imediatamente considerado parcialmente culpado. Mesmo surgindo alguma prova que trouxesse lastro de inocência ao sujeito, ainda assim era considerado parcialmente culpado. Nesse período, a importância não se voltava a revelar a verdade, conferindo maior relevância para o ato de punir, o que poderia acarretar injustiças. (FOUCAULT, 2002).

Conforme Moraes, com o Iluminismo exsurge uma nova menção de valorização do indivíduo, que expõe uma visão menos religiosa, refutando a visão pejorativa, tendenciosa ao crime, voltando-se para uma presunção positiva que considera a conduta criminosa como exceção. (MORAES, 2010).

Nesse sentido, referido preceito fora positivado pela primeira vez no artigo 9º da Declaração do Direito do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, inspirado na razão iluminista de estudiosos como Rousseau e Voltaire. Já no século XX, mais precisamente em 22

de maio de 1948, no artigo 26 da Declaração Americana de Direitos e Deveres, a presunção positiva volta a contexto social, sendo pacificada no artigo 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 10 de dezembro de 1948.

Segundo Tourinho Filho, o artigo 9º da Declaração dos Direitos do Homem, ao ser analisado, reforça existir mais de duzentos anos de proclamação de tal direito, onde todos devem ser considerados inocentes, até que seja reconhecido culpado, sendo neste caso indispensável a prisão. (TOURINHO FILHO, 2007).

A priori, pairavam dúvidas acerca de como o Princípio da presunção de inocência ou presunção de não culpabilidade deveria ser referido. O termo “presunção de inocência” era criticado, pois da mesma forma que não era correto afirmar que o agente é culpado, não cabia considerá-lo inocente. Cumpre destacar que tal divergência fora aventada nas Escolas Penais Italianas, no século XIX e XX.

Após diversos debates quanto ao modo de proceder, firma-se a decisão, conforme a Constituição brasileira, que Princípio da presunção de inocência e Princípio da não culpabilidade são sinônimos. Gomes, por meio de uma citação de Jaime Vergas Torres, aduz que:

Não é possível distinguir presunção de não culpabilidade e presunção de inocência. Desse modo, o art. 27.2. da Constituição (italiana) não faz outra coisa que consagrar o princípio da presunção de inocência... Essa é a doutrina de Illuminati, Bellavista e outros... Este último, impugnando a tese de Frosali segundo a qual a Constituição enuncia somente a formulação negativa de não presunção de culpabilidade, afirmou: “Vale aqui a máxima *qui dicit de uno, negat de altero*. Quando não se é considerado culpado, se é considerado inocente. *Tertium non datur*”. (GOMES, 1996, p.22).

Neste diapasão, Maier considera que:

Presumir inocente’, ‘reputar inocente’ ou ‘não considerar culpável’ significa exatamente o mesmo; e essas declarações formais remetem ao mesmo princípio que emerge da exigência de um ‘juízo prévio’ para infligir uma pena a uma pessoa [...] trata-se, na verdade, de um ponto de partida político que assume – ou deve assumir – a lei de processo penal em um Estado de Direito, ponto de partida que constitui, em seu momento, uma reação contra uma maneira de perseguir penalmente que, precisamente, partia do extremo contrário. Portanto, através disso do que se levou em consideração para a formação do artigo 5º § 2º da Constituição Federal, a C.F brasileira consagrou o “princípio da presunção de inocência”. (MAIER, 2002, p. 491-492).

O Princípio da presunção de inocência no Brasil se consagrou somente em outubro de 1988, com o advento da Constituição Federal. O artigo 5º, inciso LVII preconiza que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Insta destacar que Tourinho Filho criticou bastante a adesão do Brasil em relação ao artigo 11 da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Até que a atual Carta Magna fosse promulgada, as críticas foram imensas, sobretudo por considerar que, apesar do Brasil ter feito parte de tal “pacto” assinado com a ONU, não aderiu de forma verdadeira ao princípio da presunção de inocência. Sem formular qualquer alteração em seu Código de Processo Penal, as mudanças ocorreram somente vinte anos após o acordo, chegando inclusive nominar como aberração, a prisão preventiva. (TOURINHO FILHO, 2007).

Ademais, fora adotado pelo Brasil a Convenção Americana dos Direitos Humanos, conhecida como Pacto São Jose da Costa Rica, por intermédio do Decreto Legislativo nº 27 de 26 de maio de 1992 dispendo, em seu artigo 8º, I que “toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa.”

Em relação à Constituição Federal de 1988 e ao decreto supracitado, Gomes Filho reforça que os dois textos são complementos um do outro, tendo assim dois aspectos fundamentais como garantia e reconhecimento amplo, não podendo ser negada a aplicação por falta de interpretação literal. (GOMES FILHO, 1994).

Permite-se considerar que o Pacto de São Jose da Costa Rica, não apresenta tantas garantias quanto o Princípio da Presunção de Inocência, por não apresentar exigência em relação ao trânsito em julgado da sentença condenatória. Por fim, exsurge o Estatuto de Roma do Tribunal Internacional, declarado no Brasil por meio do Decreto nº 4338, de 25 de setembro de 2002, no art. 66.

5.2 PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: REGRA OU PRINCÍPIO?

Sempre que há referência à “presunção de inocência” é utilizado o termo princípio, igualmente realizado pelas doutrinas, porém necessário buscar compreensão acerca das razões que motivaram a diferenciação de “princípio”, “norma-princípio”, “norma-regra” e simplesmente “regra”. Assim, para haver a diferenciação foram estabelecidos critérios que não serão abordados a fundo, por não ser a motivação da pesquisa.

Iniciou-se grande processo de evolução no jus naturalismo, passando pelo positivismo e chegando nos dias atuais, considerado pós-positivismo, propondo na teoria do direito que as normas jurídicas são um gênero, que as classificações e dentre essas duas importantíssimas espécies, os princípios e as regras.

Na fase mais antiga do jus naturalismo, os princípios eram expostos de forma mais abstrata, conforme se depreende das palavras de Barroso:

O advento do Estado liberal, a consolidação dos ideais constitucionais em textos escritos e o êxito do movimento de codificação simbolizaram a vitória do direito natural, o seu apogeu. Paradoxalmente, representaram, também, a sua superação histórica. No início do século XIX, os direitos naturais, cultivados e desenvolvidos ao longo de mais de dois milênios, haviam se incorporado de forma generalizada aos ordenamentos positivos. Já não traziam a revolução, mas a conservação. Considerado metafísico e anticientífico, o direito natural é empurrado para a margem da história pela onipotência positivista do século XIX. (BARROSO, 2013, p. 260).

Desta forma, a segunda fase da teoria dos princípios, e a positivação foi inserida nos códigos como fonte subsidiária e espécie normativa.

Após estudos permite-se afirmar que regras ou princípios equivalem a normas. Não obstante, são feitas por meio de mandamentos, permissões e proibições, para alcançar conclusões e soluções quanto a dúvidas que envolvem determinado assunto. Sendo regra ou princípio, torna-se necessário levar em conta três critérios: estrutura normativa, forma de aplicação e o tipo do conteúdo normativo-axiológico, considerando tais aspectos, avalia-se que a presunção de inocência se define como “norma-princípio”. Entretanto, alguns doutrinadores entendem que não há que se pensar em principiologia, posto que a presunção da inocência está consagrada no art.5º, LVII da Constituição Federal, devendo ser considerada regra. Em sentido contraposto, Streck e Tomaz afirmam que:

[...] afinal, se a ponderação é a forma de realização dos princípios, e a subsunção é a forma de realização das regras (isso está em Alexy, com todos os problemas teóricos que isso acarreta), falar em ponderação de regras não é acabar com a própria distinção entre regras e princípios tornando-os, novamente, indistintos? Parece-nos que o imbróglio teórico gerado pelo voto sob comento bem representa um verdadeiro 'leviatã hermenêutico', isto é, uma guerra constante de todas as correntes de aplicação, estudos e interpretação do Direito entre si, a gerar uma confusão sem precedentes, onde cada um aplica e interpreta como quer o Direito, desatentos ao fato de que todo problema de constitucionalidade é um problema de poder constituinte. No fundo, mais uma vez venceu o pragmatismo, derrotando a Teoria do Direito¹¹⁴. (STRECK; OLIVEIRA, 2012, p. 93).

Nesta senda, Moraes considera que se trata de uma norma princípio. Sendo assim, sua norma tem um valor a ser preservado e um fim a ser alcançado, trazendo em si uma decisão político-ideológica, não sendo como as normas-regras, prescritivas de conduta. (MORAES, 2010).

5.3 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL.

No tocante ao Direito Penal brasileiro, verifica-se que o referido princípio ganha projeção somente com o advento da Constituição Federal de 1988. Antes era visto apenas de forma implícita. Ao se considerar o campo internacional, o referido princípio tem previsão a partir das primeiras Declarações dos Direitos dos Humanos.

Inicialmente, no Direito Penal Brasileiro só se falava do Princípio da presunção de inocência em consequência do devido processo legal. Hoje, o Princípio da presunção de inocência está devidamente exposto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LVII, que dispõe que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Para Mirabete, o termo correto para se referir ao Princípio da presunção de inocência, deveria ser “Princípio do estado de inocência”. Conforme expõe, o uso do termo, se levado ao seu extremo, não deveria condenar ninguém como culpado. Dessa forma, em sua visão, deve-se referir a tal princípio como “estado de inocência”.

Por isso, nossa Constituição Federal não “presume” a inocência, mas declara que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art.5º, LVII), ou seja, que o acusado é inocente durante o desenvolvimento do processo e seu estado só se modifica por uma sentença final que o declare culpado. Pode-se até dizer, como faz Carlos J. Rubianes, que existe até uma presunção de culpabilidade ou de responsabilidade quando se instaura a ação penal, que é um ataque à inocência do acusado e se não a destrói, a põe em incerteza até a prolação da sentença definitiva(...). (MIRABETE, 2003. p.41-42).

Neste mesmo sentido, há concordância quanto à necessidade de interpretar o conteúdo semântico, da presunção de inocência, posto que, caso contrário, as pessoas não poderiam ser declaradas culpadas.

O Princípio da presunção da inocência possui grande alcance no Direito Processual Penal. Sendo assim, sua aplicabilidade prática no processo penal é constante. Porém é possível entender que aquele agente que não obtiver sentença transitada em julgado em desfavor de si, tem que ser considerado inocente em todas as situações. Isso porque a Constituição Federal não restringe de forma expressa a atuação do referido princípio no Direito Processual Penal. A interpretação do art.5º, LVII, deve ocorrer de forma ampla, uma vez que sua previsão consta no rol dos Direitos e Garantias Fundamentais. Isso pode acarretar prejuízo frente uma eventual sentença absolutória, por conta do acusado ser considerado inocente no âmbito do Direito Penal e culpado nas demais áreas.

Neste contexto, o Supremo Tribunal Federal considera que o princípio da presunção de inocência restringe-se ao âmbito do Direito Penal. Capez considera cabível dividir o Princípio da Presunção de Inocência em três espécies, a primeira aparece na instrução do processo, que tem a presunção relativa de inocência que faz com que seja invertido o ônus da prova, a segunda, dispõe sobre o valor da prova, sempre que houver dúvida, será decidido em favor do acusado, e por fim a terceira, em razão eventual possibilidade de prisão processual. (CAPEZ, 2007).

No Princípio da presunção de inocência, destaca-se o âmbito probatório. Isso significa que na seara do Processo Penal, há mudança do ônus da prova passando o próprio Estado a ser o titular, cabendo provar a autoria e materialidade de ato delituoso. Consiste em mecanismo que garanta equilíbrio a relação jurídica estabelecida entre o Estado, com seu vigor, prerrogativas, em detrimento do acusado, parte frágil da relação, sendo assim cabe aquele demonstrar de maneira transparente e explícita o crime, sua autoria e materialidade.

Sendo assim, o agente será presumido inocente até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Desse modo, cabe o dever de respeitar e passar por todos os princípios constitucionais, tais como, o direito de o réu permanecer calado, para não se auto incriminar. Por conta disso, a CF/88, não recepcionou o artigo 188 do CPP, por ferir o artigo 5º LIV, da CF/88, não é permitido obrigar que o acusado ajude na verificação dos fatos devendo respeitar os princípios do contraditório, ampla defesa e vedação de provas ilícitas. Neste contexto, Gomes Filho apresenta alerta levando em consideração os artigos 186 e 198 do CPP, o silêncio do acusado nunca poderá ser interpretado como uma confissão da autoria do crime, e nem isso ser usado contra o acusado. (GOMES FILHO, 1994).

Conforme disposto no artigo 283 do Código de Processo Penal, verifica-se o princípio da presunção de inocência. O referido artigo apresenta requisitos para que possa haver a prisão no Brasil, como por exemplo a prisão deve ocorrer em flagrante delito ou por ordem escrita e

fundamentada por autoridade competente, podendo ser em virtude de prisão cautelar ou por condenação criminal transitada em julgado.

Em 2016 houve uma discussão relacionada à temática junto ao Supremo Tribunal Federal, em que fora enfrentada a questão acerca da prisão em segunda instância. Vale ressaltar que naquele momento considerava-se que uma vez condenado em segunda instância, o réu iniciaria o cumprimento da pena. Independentemente de não haver esgotada as instâncias e possibilidades de recorrer da decisão condenatória, em tal ocasião fora firmada, por parte do STF, quanto a constitucionalidade da prisão em segunda instância.

Ocorre que transcorrido algum tempo, mais precisamente em 2019, o mesmo assunto chegou novamente ao Supremo Tribunal Federal. Porém, desta vez o resultado da votação apresentou caminho diverso, em desfavor da prisão em segunda instância. Assim sendo, o eixo central da discussão proposta por intermédio do presente trabalho assenta em avaliar a mudança de posição da corte suprema e compreender sobretudo a motivação e fundamentação para a alteração que representa significativo redirecionamento no universo jurídico-social.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Analisar, a partir da Constituição Federal de 1988 e seus princípios, qual decisão encontra maior adequação, considerando a mudança de posicionamento do Supremo Tribunal Federal no tocante ao princípio da presunção da inocência.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar se as prisões preventivas ou cautelares são inconstitucionais.
- Demonstrar a importância do princípio da presunção da inocência, e como ele é recepcionado na Constituição Federal.
- Compreender onde esteja positivado o princípio da presunção da inocência e as possíveis razões para mudança de posicionamento do STF no tocante ao princípio.
- Enfatizar a relevância e o surgimento do princípio da presunção de inocência.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa terá o intuito de trazer para todos a importância do Princípio da presunção de inocência e esclarecer e confirmar as hipóteses, tendo um intuito explicativo e educativo, sendo o método dedutivo e qualitativo.

O presente trabalho será elaborado por meio de pesquisas, em doutrinas e também através de estudos na própria lei como por exemplo, Constituição Federal e Código de Processo Penal, configurando assim uma técnica de coleta de documentação indireta. Ex: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica em sites da internet, por meio de obras de autores como, Fernando da Costa Tourinho Filho, Júlio Fabbrini, dentre outros.

8 CRONOGRAMA

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1º	2º	3º	4º
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas	02-03/2020			
Elaboração do projeto		04-05/2020		
Entrega do projeto final ao orientador e defesa		05/2020		
Reformulação do projeto e entrega à coordenação		05-06/2020		
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema			08-09/2020	
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos			08-09/2020	
Análise e discussão dos dados			09-10/2020	
Elaboração das considerações finais			09-10/2020	
Revisão ortográfica e formatação do TCC				11/2020
Entrega das vias para a correção da banca				11/2020
Arguição e defesa da pesquisa				12/2020
Correções finais e entrega à coordenação				12/2020

9 ORÇAMENTO

Descrição do material	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Revisão ortográfica e metodológica	1	16	5,00	80,00
TOTAL				80,00

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. *O Dever do Advogado*. Fundação Casa de Rui Barbosa. São Paulo: Aidê, 1985.
- BARROSO, L. R. *Curso de Direito constitucional contemporâneo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 260.
- CAPEZ, F. *Curso de processo penal*. 14 ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2007. p.44.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002. p.37.
- GOMES FILHO, A. M. *O Princípio da presunção de inocência na constituição de 1988 e na convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José da Costa Rica)*. Revista do Advogado. AASP. N.º 42. Abril de 1994. p. 31.
- GOMES, L. F. Sobre o conteúdo Processual Tridimensional do Princípio da Presunção de Inocência. In: *Temas Atuais de Advocacia Criminal*. São Paulo: Etna, 1996.
- JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.
- MAIER, J. B. J. *Derecho Procesal Penal*. Tomo I. Fundamentos. Buenos Aires: Del Puerto SRL, 2002.
- MIRABETE, J. F. *Proceso Penal*. 14ed. São Paulo: Editora Atlas. 2003. p.41-42.
- MORAES, M. Z. de. *Presunção de inocência no processo penal brasileiro: análise de sua estrutura normativa para a elaboração legislativa e para a decisão judicial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- STRECK, L. L. e OLIVEIRA, R.T. de. *O que é isto: as garantias processuais penais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, v. 2.
- TORRES, J. V. *Presunción de inocencia y prueba em el proceso penal*. Madrid: La Ley, S.A., 1993.
- TOURINHO FILHO, F. C. *Proceso penal*. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.